

News Paper®

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Recopi Nacional chega a mais seis estados e mostra resultados em SP

Páginas 4 e 5

Suzano muda política comercial

Página 6

Gráficas recebem guia do papel imune

Página 7

Importação tem alta pontual; acumulado anual mantém queda

Páginas 11, 12 e 13

Conjuntura e consumo de papéis tendem a impor consolidação e mudanças

O ambiente legislativo no Brasil apresenta sinais de avanço rumo à reforma tributária. Um bom indicativo que, aliado à retomada da legalidade pelo combate mais eficiente às fraudes com papel imune, indica um cenário futuro de menor insegurança jurídica.

Condição essencial para o setor se reorganizar diante do novo patamar de consumo de papéis.

Em 2013, cada brasileiro consumiu, em média, 49 quilos de papéis, sendo 11 quilos de papéis para impressão e escrita, segmento que já apresentou oscilações negativas nos últimos anos.

Páginas 2, 3, 8, 9 e 10

Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados.

Contatos

Telefone: (11) 3044-2214
E-mail: andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo

Assistente de Diretoria

Iolanda Moretti

Edna Souza

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável Rosângela Valente -
Mtb 121/MS rosangelavalente@uol.com.br

Cenário consolida caminho de mudanças para a distribuição

Um mix de temas desafiadores. Presos no emaranhado tributário, somos cada vez mais obrigados a assumir responsabilidades e obrigações fiscalizadoras em nossas atividades, ao mesmo tempo em que constatamos que se aproxima o indesejável – nosso mercado dá sinais de encolhimento. Este é o cenário vislumbrando hoje no setor de distribuição de papel no Brasil. Mas, engana-se quem o avalia como ruim.

Multifacetado, o momento indica desafios e possibilidades. Temos um mercado bastante interessante, estruturado para cerca de 50 mil toneladas ao mês que passa por um redimensionamento, devendo ficar na faixa de 45 mil toneladas ao mês. Esta diminuição não é reflexo da queda de consumo, embora ela exista e mereça nossa atenção. Há excessos pelo longo período de ilegalidade, em que a prática perniciosa do desvio de finalidade do papel imune imperava.

Hoje, podemos conjugar o verbo no passado e com alívio. A tão ansiada retomada da legalidade é um esforço conjunto de anos, que vem com maior fiscalização e controle, através do Recopi, da embalagem identificada para papel imune e da conscientização de empresas e pessoas do setor, dispostas a agir corretamente.

Vale aqui um parêntese para uma frase interessante que li recentemente: “Cerca de 5% das pessoas nunca vão fazer nada de errado, mesmo que a oportunidade apareça. Outros 5% acordam pensando em como montar um esquema. E 90% só vão agir corretamente se souberem que podem ser pegas. É com esse grupo que a gente deve lidar”. A afirmação, chamada de a regra dos 90%, não está baseada em pesquisa, mas na experiência profissional e é do líder da área forense da KPMG mundial, Richard Girenti. Ainda que os percentuais mudem, a mensagem é importante e considero que conseguimos avançar quando focamos nos 90% do setor de papel.

E, este parece ser o rumo que a sociedade brasileira vai ter de seguir com afinco. As recentes leis anticorrupção e da lavagem de dinheiro estão movimentando o meio empresarial que agora corre para criar seus departamentos de compliance, como forma de garantir que as obrigações sejam cumpridas para que a empresa não seja penalizada por ‘deixar’ que fraudes (ou mesmo, erros) aconteçam. Exageros e questionamentos à parte, fica a certeza de que entramos num caminho sem volta no ambiente corporativo e competitivo, que cada vez mais será fiscalizado, confrontado, checado e punido.

Oxalá possamos cumprir as novas regras com menos insegurança jurídica no âmbito tributário, vendo prosperar a tão urgente reforma, capaz de pôr fim a guerra fiscal! Este é um dos assuntos desta edição, que também nos fornece dados sobre o baixo consumo de papéis no Brasil, em especial os de imprimir e escrever.

A edição traz ainda algumas estatísticas setoriais que mostram a movimentação e tendência do mercado – informações preciosas, tanto para empresários de todos os elos da cadeia do papel, quanto para os agentes fiscalizadores, que têm instrumentos para fechar o cerco aos infratores e combater os ilícitos, em especial, aqueles que envolvem o papel imune.

Bem, já não basta fazermos a nossa parte com competência e lisura (mesmo que por força de leis), ainda que seja exatamente o que nos cabe e resta a fazer. Preparemo-nos para a consolidação e para as transformações que começam a se desenhar para o futuro da distribuição de papéis!

Boa leitura!

Vitor Paulo de Andrade

Acordo entre estados pode ser marco para fim de guerra fiscal

O emaranhado de impostos e obrigações a que estão sujeitos os empresários brasileiros é agravado pela declarada guerra entre os estados, armados de incentivos fiscais para atrair e manter investimentos, e é um dos temas acompanhados com atenção pela Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Os acontecimentos mais recentes, segundo o presidente da ANDIPA, Vitor Paulo de Andrade, revigoram a expectativa de que os acordos e discussões avancem para uma reforma tributária mais ampla que coloque fim a guerra fiscal. “Os problemas do incentivo fiscal precisam ser tratados no âmbito de uma reforma tributária, não isoladamente”, observa, destacando que o cenário atual mostra-se favorável a definição de mudanças que, iniciadas agora, devem se estender pelos próximos vinte anos.

Vitor de Andrade avalia que a assinatura do Convênio ICMS nº 70 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), por 21 das 27 unidades federativas, antecipa os rumos de um acordo para pôr fim aos incentivos fiscais e à guerra fiscal. No Convênio, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2014, os estados comprometem-se em retirar gradualmente, nos próximos 15 anos, os benefícios fiscais concedidos sem aprovação do Confaz. E, ainda propõem que a alíquota do ICMS seja reduzida de 11% para 4% e que sejam anistiados os contribuintes autuados pelo uso de incentivo.

Contaminado pela complexa teia legal e operacional que envolve a arrecadação tributária no Brasil, o Convênio nº 70 só passará a surtir efeitos se for aprovado o Projeto de Lei nº 130, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, e altera a Lei Complementar 24, de 1975, que rege o Confaz e exige unanimidade para a

aprovação de incentivos fiscais. Pelo Projeto de Lei 130, as decisões no Conselho passariam a ter validade desde que aprovadas por três quintos dos estados, sendo um terço de cada região. A pedido do próprio Confaz, a Comissão só deve dar andamento ao Projeto após as eleições de outubro.

Indutor

Enquanto isso, o assunto segue na esfera jurídica com possibilidade de desfecho devastador tanto para as finanças de todos os estados quanto para as empresas incentivadas. É o julgamento da Proposta de Súmula Vinculante nº 69, no Supremo Tribunal Federal (STF), que declara inconstitucional “qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz”.

Ao julgar, em 2011, inconstitucionais as leis de sete estados que concederam incentivos fiscais e desrespeitaram a Lei Complementar 24, o STF entrou no assunto guerra fiscal e passou a ser o acelerador que fez avançar as discussões e acordos, que podem sinalizar o início do fim da guerra fiscal no Brasil, como o Convênio nº 70.

Após os julgamentos, o STF colocou em consulta pública a Proposta de Súmula Vinculante nº 69, que em abril deste ano teve parecer favorável da Procuradoria Geral da República. Em setembro, o autor da Proposta, o ministro Gilmar Mendes, presidente da Comissão de Jurisprudência do STF, sugeriu a inclusão do assunto na pauta do Plenário do STF, o que agora depende do presidente, ministro Ricardo Lewandowski.

Mais seis estados aderem ao Recopi Nacional

Com mais seis adesões, somam 17 as unidades da federação que assumiram o Recopi Nacional como ferramenta fiscal para coibir ilícitos na comercialização de papel imune. Com isso, todas as movimentações realizadas nas regiões Sul e Sudeste serão rastreadas pelo Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (RECOPI), assim como parte importante das atividades nas demais regiões brasileiras.

A expansão do sistema para todos os estados, independentemente do potencial de consumo local, é importante para fechar brechas utilizadas pelos fraudadores, como avalia o presidente executivo da ANDIPA, Vicente Amato Sobrinho. “A cobertura nacional impede a emissão de notas fiscais para supostas empresas instaladas em estados não integrantes do Recopi”, observa Amato, confiante de que as informações geradas pelo Recopi permitirão, cada vez mais, a implantação de medidas preventivas para coibir os desvios de papel imune.

De acordo com o Convênio ICMS N° 74, firmado no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e publicado no Diário Oficial da União em 19 de agosto passado, aderiram ao Recopi Nacional os estados de Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Sergipe, sendo que o prazo de vigência será estabelecido por legislação estadual. Até então, dez estados e o Distrito Federal haviam assumido o compromisso de implantar o Sistema, conforme os Convênios 48/13 e 50/14. Destes, apenas Rio Grande do Sul e Ceará ainda estudam cronograma de implantação. Ou seja, os estabelecimentos localizados nos estados de Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo e no Distrito Federal, que realizem operações sujeitas a não incidência do imposto sobre as operações com o papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico devem estar credenciados no Recopi Nacional.

A Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas informou que está formando grupos de trabalho e ainda não tem prazo definido para incluir em sua legislação a implantação do Recopi. No Estado do Espírito Santo, a posição firmada no Confaz foi ratificada no Decreto estadual 3658-R, de 11 de setembro, e “a regulamentação do convênio será realizada futuramente”, como informado pela assessoria da Secretaria. A flexibilidade de poder definir a implantação do Recopi foi decisiva para a adesão do estado da Paraíba, que fará estudos prévios de necessidade e viabilidade, conforme informado pela assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Receita.

Consultadas, as Secretarias da Fazenda dos outros estados não informaram sobre os processos para regulamentação do compromisso assumido através do Convênio 74.

O Recopi já é realidade para contribuintes de nove unidades da federação e nos próximos meses deve ser regulamentado em oito estados. A expectativa da Andipa é de que o Recopi seja expandido aos demais estados, ampliando ainda mais o poder de controle sobre as operações com papel imune.

Informação compartilhada

Ao implantar o Recopi para seus contribuintes, os estados passam a partilhar informações com os demais integrantes do sistema nacional, ampliando a quantidade de operações monitoradas. Segundo a Secretaria da Fazenda de São Paulo, idealizadora e pioneira no controle, o Sistema Recopi Nacional tem sido constantemente aperfeiçoado no sentido de possibilitar a geração de relatórios cada vez mais precisos, que permitam detectar possíveis fraudes com rapidez. “O fisco paulista, ao detectar possível fraude em operações com papel imune que envolva outros estados, partilha tais dados com a unidade da federação envolvida para comprovar eventual ilícito fiscal”.

Números de São Paulo retratam eficácia

Os resultados do Recopi no estado de São Paulo nos últimos meses são animadores para o combate às fraudes envolvendo papel imune. O número de estabelecimentos ativos no Recopi no estado caiu 18% e a média mensal de operações teve queda ainda maior, de quase 35%, em relação a janeiro deste ano. Na avaliação da ANDIPA, estes indicadores demonstram que o mercado está sendo depurado pela eliminação da parcela de papel imune desviada para impressos comerciais e das empresas constituídas deliberadamente para fraude.

Conforme dados atualizados em setembro pela Secretaria de Estado da Fazenda, “o Recopi possui 1.441 estabelecimentos ativos em São Paulo, com média mensal de 11.756 operações, tendo sido descredenciados 249 contribuintes e lavrados 262 autos de infração, que juntos somam R\$ 532 milhões em impostos, juros e multas”. No balanço divulgado em janeiro deste ano, eram 1.764 estabelecimentos credenciados, com média mensal de 18.042 operações, 149 contribuintes descredenciados e lavrados 238 autos de infração, que totalizavam R\$ 520 milhões.

As autuações a partir do Recopi começam a ser transformadas em receitas para o Estado. Até agosto de 2014, dos R\$ 532 milhões em autuações, R\$ 7 milhões foram efetivamente recolhidos aos cofres públicos e outros R\$ 117 milhões foram inscritos em dívida ativa. As demais autuações encontram-se em fase de julgamento no contencioso administrativo, conforme informado pela Sefaz.

Os 1.441 estabelecimentos ativos correspondem a 1.986 registros distribuídos nos sete ramos de atividade aptos a movimentar papel com imunidade tributária. Segundo a Sefaz, estão registrados: armazém geral ou depósito fechado (56); conversor (22); distribuidor (119); fabricante (23); gráfico (649); importador (319); e, usuário (798). A Secretaria esclarece que um estabelecimento pode cadastrar mais de uma atividade no Sistema Recopi Nacional. Assim também, as filiais devem ter registro, conforme sua inscrição fiscal.

Reforço

O Recopi é uma das ferramentas utilizadas pelos estados nas ações de fiscalização para coibir fraudes fiscais. No estado de São Paulo, por exemplo, está em curso uma nova edição da Operação Quebra-Gelo que tem como objetivo principal constatar a existência da empresa no local cadastrado e verificar a compatibilidade física com as atividades que pretendam ser realizadas. De acordo com a Sefaz, entre as empresas diligenciadas, existem também as que atuam ou pretendam atuar no ramo de papel, independentemente de registrarem suas operações no Recopi. “Em qualquer tempo, com o surgimento de algum fato que possa caracterizar indícios de fraude com papel, as ações podem ser estendidas para qualquer empresa - inclusive cadastradas em CNAEs diversas”, ressalta a coordenação do Recopi no Estado, afirmando que a Secretaria da Fazenda de São Paulo continuará atuando firmemente no combate à sonegação do setor de papel, principalmente em ações que visam coibir a prática do desvio de finalidade do papel imune.

Quebra-Gelo

A Secretaria da Fazenda de São Paulo informa que a ‘Operação Quebra-Gelo’ tem edições recorrentes e envolve equipes das 18 Delegacias Regionais Tributárias (DRTs) do Estado em diligências realizadas em estabelecimentos de comércio em geral, armazéns, transportadoras, além de contribuintes dos setores de produtos metalúrgicos, máquinas, equipamentos, artefatos de madeira, móveis, papel, alimentos, eletroeletrônicos, plásticos, borracha, têxteis, confecções, bebidas, produtos farmacêuticos, perfumaria, minerais não metálicos, comunicações, químicos e petroquímicos. O objetivo da operação é investigar suspeitos de emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e) irregulares. A emissão de documentos fiscais inidôneos, conhecidos como “notas frias”, além de grave infração, pode configurar crime contra a ordem tributária, conforme Lei 8.137/1990, e crime de falsidade ideológica, de acordo com o Código Penal Brasileiro. A fraude consiste na abertura de uma inscrição estadual em endereço falso, com uso de interpostas pessoas (“laranjas”), para efetuar a “venda” de notas fiscais irregulares por uma fração do valor do ICMS. O comprador desembolsa na “aquisição” um valor inferior ao imposto para gerar créditos falsos de ICMS na apuração mensal do tributo a recolher.

Suzano muda política comercial

Líder em alguns segmentos de papel e crescendo no mercado interno, a Suzano busca consolidar as relações com seus clientes através de uma nova política comercial e um programa de fidelidade. A partir de outubro, o novo modelo começou a ser implantado “para 100% da base de clientes, incluindo gráficas, editoras e distribuidores”, informou a gerente executiva de marketing da Unidade de Negócio Papel da Suzano, Lucymary Henrique.

A gerente explicou que as mudanças são consideradas uma evolução da política comercial adotada desde 2008, baseada na classificação (diamante, ouro, prata e bronze) da carteira de clientes. Dois anos depois, a empresa implantou o programa de excelência ao distribuidor, que visava atuação diferenciada com a Suzano. A partir de agora, as relações comerciais serão regidas por um programa de fidelidade e pela nova política. “Esperamos com isso, garantir um melhor atendimento a todos os nossos clientes e recompensá-los quando do atingimento de certos objetivos de mercado”, acrescentou Henrique, explicando que a ideia é formar parcerias visando fidelização de compras, “utilizando uma comunicação mais interativa e específica para cada segmento de cliente, e do reconhecimento do esforço de cada um, oferecendo-lhes benefícios proporcionais ao seu consumo e atingimento das metas estabelecidas”.

Estrutura

Presente em todas as regiões brasileiras e representada em 24 das 27 unidades da federação, a Suzano considera sua distribuição como um dos três principais pontos de vantagens competitivas no segmento de papel – ao lado de liderança regional e operações verticalmente integradas, como destacado em apresentação aos investidores. “Nossos distribuidores possuem um papel fundamental em nossa atuação comercial e na pulverização de nossos produtos. Nossa história é de uma parceria de sucesso e esperamos que continue assim”, destaca a gerente de marketing.

Os papéis Suzano chegam ao mercado através de sua própria distribuidora SPP-KSR e por distribuidores independentes. Hoje, a Suzano conta com 51 empresas que distribuem para o mercado de consumo e 23 empresas atuando no mercado gráfico, sendo que nove delas atuam nos dois segmentos, excluindo as filiais, conforme relação disponível no portal da empresa. A SPP-KSR conta com 19 filiais mais um centro de distribuição no estado de São Paulo.

Além de rever a política comercial com seus clientes, a Suzano está atenta também a outras plataformas de vendas. Em julho, anunciou o lançamento da loja virtual Report para venda direta aos consumidores de papel *cut size*. O novo portal de vendas “é apenas mais um braço de apoio da Distribuidora SPP-KSR para aqueles clientes que queiram transacionar eletronicamente”, como informa a gerente.

Produção

A capacidade de produção anual de 1.290 mil toneladas de papéis está dividida entre as cinco unidades produtivas da Suzano. A produção de papéis não revestidos pode chegar a 850 mil toneladas e está distribuída em quatro unidades: 250 mil toneladas em Mucuri (BA), 270 mil toneladas em Suzano (SP), 280 mil toneladas em Limeira (SP) e 50 mil toneladas na planta de Rio Verde (SP). As 190 mil toneladas de papéis revestidos podem ser produzidas nas unidades de Suzano (90 mil toneladas) e Limeira (100 mil toneladas). Já a produção de papel cartão é dividida entre Suzano (200 mil toneladas) e Embu (SP), (50 mil toneladas).

Conforme relatório de Relações com os Investidores, a capacidade de produção foi ampliada em 17,2%, em 2011, saltando de 1.100 mil toneladas de papéis para as atuais 1.290 mil toneladas anuais, limite que deve ser mantido pelo menos até 2015. Já a produção de celulose vai praticamente dobrar no mesmo período com as operações das plantas de Mucuri, na Bahia, e de Imperatriz, no Maranhão. Com isso, a capacidade de produção anual de celulose da Suzano, que era de 1.750 mil toneladas em 2010, deve fechar 2015 em 3.420 mil toneladas. ■ ■ ■

Suzano muda política comercial

■ ■ ■ Nos doze meses encerrados em 30 de junho de 2014, as vendas de 1.333 mil toneladas de papéis representaram 52% da receita líquida da Suzano - R\$ 3,28 bilhões do total de R\$ 6,28 bilhões. No ano de 2013, a companhia vendeu 1.312 mil toneladas de papéis, sendo 904 mil toneladas no mercado interno e 408 mil toneladas no mercado externo. O volume do ano caiu 2,5% em comparação a 2012 (1.347 mil toneladas), que havia registrado crescimento de cerca de 1% na comparação com 2011 (1.335 mil toneladas).

A Suzano tem conquistado mais espaço no mercado interno, conforme mostram os dados do relatório. As vendas internas representaram 60,1% do volume total em 2011, passaram para 66,4% no ano seguinte e

atingiram 68,9% no ano passado. Na avaliação dos doze meses até junho deste ano, a participação do consumo interno chegou a 69,2%, ou seja, das 1.333 mil toneladas vendidas no período, 923 mil toneladas foram comercializadas no país e 410 mil toneladas foram exportadas. Em 2011, as vendas foram de 803 mil toneladas ao mercado interno e 532 mil toneladas ao exterior.

Com a crescente presença no mercado interno, a Suzano é líder nas vendas dos segmentos papel cartão e revestidos, com *market share* de 29% e 43%, respectivamente, e ocupa o segundo lugar no segmento de papéis não revestidos, com 36% do mercado, sempre de acordo com os números oficiais da empresa.

Gráficas recebem guia do papel imune

A Abigraf Nacional produziu e está distribuindo sete mil exemplares do Guia de Utilização – Papel Imune 2014, com o objetivo de fornecer subsídios e parâmetros legais e operacionais para as indústrias gráficas e para o mercado em geral, através de entidades apoiadoras, além da imprensa e órgãos estaduais e federais ligados à fiscalização e controle.

O guia foi publicado originalmente em 2002 e ganha agora sua segunda edição, revisada e atualizada,

que também está sendo divulgada eletronicamente e pode ser acessada para download nos sites da www.sindigrafsp.org.br e www.abigraf.org.br.

A publicação explicativa é mais uma ferramenta para conscientização e combate aos desvios de finalidade do papel imune, um esforço conjunto do setor para recuperar a competitividade perdida pelo desvio de finalidade do papel imune de impostos.

Brasileiro consome 11 kg de papel de I&E por ano

O consumo per capita de papéis no Brasil cresceu 31,8% nos últimos onze anos e em 2013 foi de 49,01 quilos. Quase metade do consumido corresponde às embalagens e apenas 11,24 quilos são de papéis para imprimir e escrever (I&E), que aumentaram 19,2% desde 2003, tendo atingido o melhor resultado em 2011, com 12,21 quilos por habitante. De 2003 para 2013, a população brasileira passou de 180,6 milhões para 201 milhões de pessoas, crescimento de 11,3% de acordo com o IBGE.

No geral, o consumo brasileiro de papéis fica abaixo da média mundial, que em 2010 era de 57 quilos per capita, segundo números da consultoria internacional RISI, reproduzidos em diversas publicações e estudos setoriais. O resultado do Brasil fica também muito longe do índice alcançado em outros países que têm consumo acima de 200 quilos por habitante, como Bélgica (293 quilos); Áustria (255 quilos); ou mesmo de Rússia e Eslováquia com 55 quilos e 85 quilos per capita, respectivamente, conforme balanço anual de 2012, da Eugropa, entidade europeia que reúne os distribuidores de papéis.

As previsões já bastante divulgadas de que o consumo per capita no Brasil não cairia mostram-se questionáveis, como destaca o presidente da ANDIPA Vitor Paulo de Andrade. “O cálculo de consumo aparente geral dá ideia de normalidade que não é verdadeira. O resultado varia muito entre os segmentos. Embalagem, por exemplo, vai continuar tendo crescimento significativo, enquanto imprimir e escrever já registrou queda”, avalia Andrade, chamando a atenção para o histórico mostrando que o consumo brasileiro de papéis vem crescendo mais nos segmentos de sanitários (55,5%) e embalagens (35,1%) e começou a cair no tipo jornal (-9,7%).

Em 2003 foram consumidas 3.199 mil toneladas de papéis para embalagens, o equivalente a 17,71 quilos

por pessoa. Onze anos mais tarde, os números saltaram para 4.811 mil toneladas de papéis, com per capita de 23,93 quilos. No mesmo período, o gasto anual de papéis sanitários por habitante passou de 3,51 quilos para 5,46 quilos. O segmento jornal cresceu até seu melhor resultado em 2008 – 651 mil toneladas e 3,4 quilos per capita. Desde então registrou oscilações, fechando o ano passado com consumo aparente de 445 mil toneladas, o equivalente a 2,21 quilos por pessoa.

Mesmo os segmentos de imprimir e escrever e de cartão já sinalizam tendência de recuo, que pode ter reflexo das novas tecnologias em comunicação. “O Brasil deve ter queda de consumo de papel antes de chegar à plena capacidade?” questiona Vicente Amato Sobrinho, presidente executivo da ANDIPA, lembrando que a ascensão social eleva o consumo de cultura e entretenimento, itens antes exclusivamente impressos que agora estão cada vez mais disponíveis e difundidos por meios eletrônicos.

O consumo aparente de I&E chegou a aumentar 41,5% entre 2003 e 2011, mas caiu 6,2% nos dois últimos anos. Com isso, o total per capita também cresceu (29%) e recuou (8%) no mesmo período. Cada indivíduo consumia, em média, 9,43 quilos de papéis de I&E em 2003; e, 12,21 quilos, em 2011. No ano seguinte, o per capita baixou para 11,76 quilos, caindo para 11,24 quilos em 2013.

No segmento de cartão, o consumo per capita saiu de 2,32 quilos em 2003, teve pico em 2010 – de 3,17 quilos –, com quedas nos dois anos seguintes e recuperação no ano passado – 3,01 quilos por habitante. Nos extremos, o consumo de papel cartão aumentou 29,9% nos últimos onze anos. Outros tipos de papéis tinham consumo per capita de 1,76 quilos, em 2003, e passaram para 3,15 quilos, em 2013.

Nota: O consumo per capita de papéis é um indicador obtido pela divisão do consumo aparente pela população brasileira em cada ano, seguindo os números oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – disponíveis no endereço: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm. Como consumo aparente temos o resultado do total da produção, mais as importações, menos as exportações de papéis, conforme dados da entidade dos fabricantes nacionais (Bracelpa/Ibá).

Brasileiro consome 11 kg de papel de I&E por ano



Muito pouco

Mesmo não tendo dados detalhados para comparação com o mercado internacional, o consumo de onze quilos de papéis para imprimir e escrever por ano para cada brasileiro é baixo.

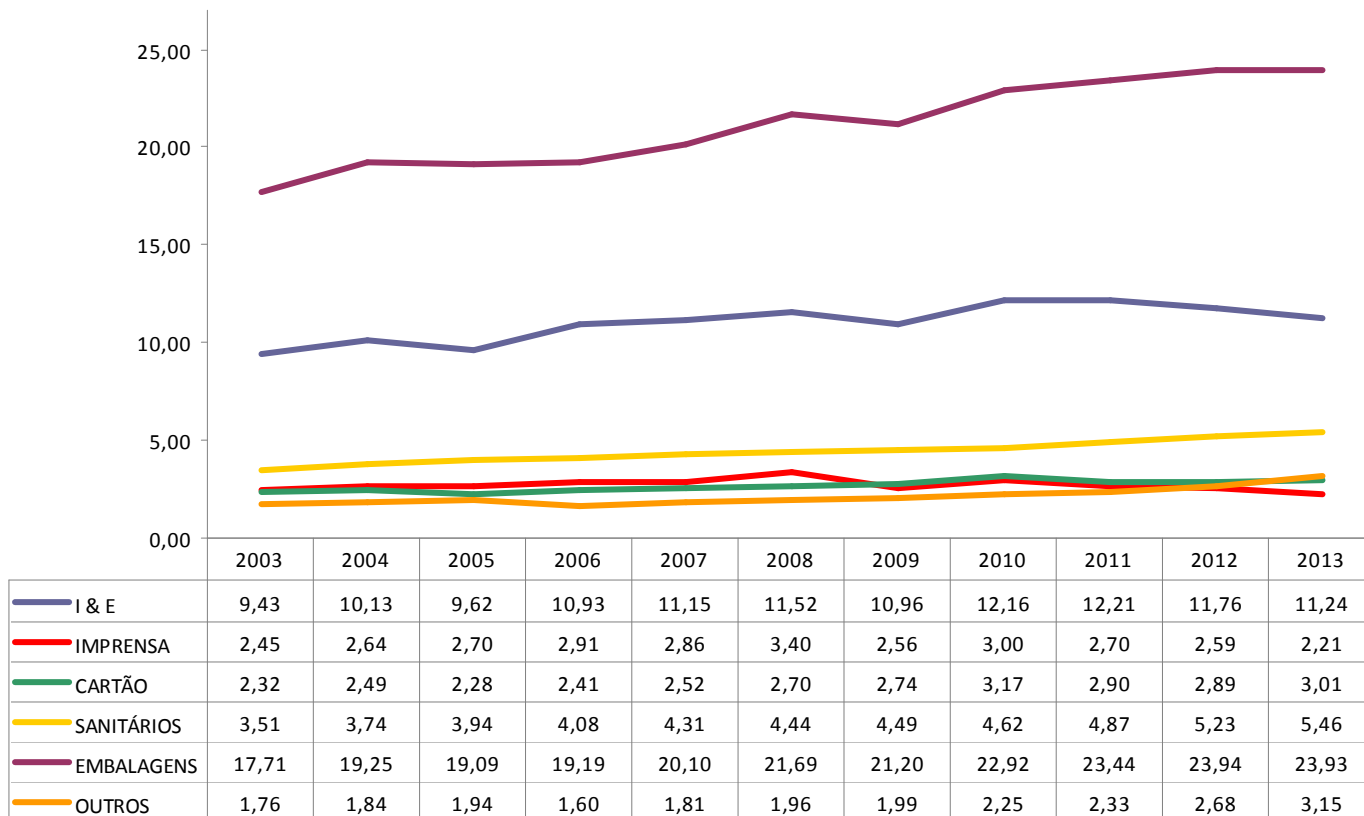
Considerando que uma resma de papel sulfite A-4 de 75g pesa 2,34 quilos, é como se ao longo de um ano cada pessoa consumisse menos de cinco pacotes de A-4 em impressos como: cadernos, livros, revistas, agendas, manuais, correspondências e propagandas, além do uso de material de escritório, por exemplo.

	*Consumo Aparente de Papel em milhões de toneladas	**População brasileira em milhões de pessoas	Consumo per capita de Papel em quilos
2003	6,716	180,62	37,18
2004	7,333	182,91	40,09
2005	7,328	185,15	39,58
2006	7,702	187,34	41,11
2007	8,099	189,46	42,75
2008	8,755	191,53	45,71
2009	8,505	193,54	43,94
2010	9,406	195,50	48,11
2011	9,562	197,40	48,44
2012	9,781	199,24	49,09
2013	9,852	201,03	49,01

* Relatório Estatístico Bracelpa 2012/2013 e Cenários Ibá 03

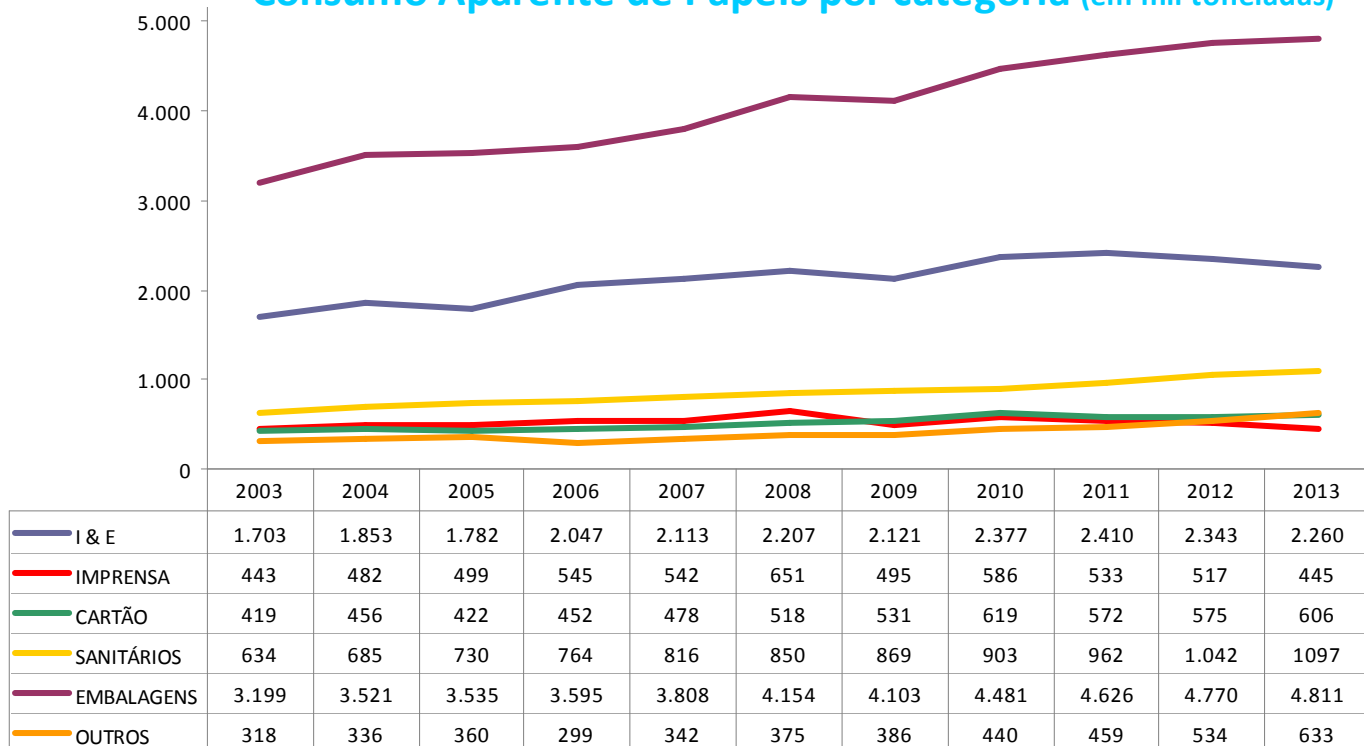
** Projeções 2013 – população – IBGE 2000/2060

Consumo Per Capita de Papéis por categoria (em kg)



Fontes: Relatório Estatístico Bracelpa 2012/2013 e Cenários Ibá 03 e Projeções 2013 – população – IBGE 2000/2060

Consumo Aparente de Papéis por categoria (em mil toneladas)



Fontes: Relatório Estatístico Bracelpa 2012/2013 e Cenários Ibá 03

■ Importação de I&E cresce no mês; acumulado anual mantém queda

Registrando quedas desde que atingiram o pico de 735 mil toneladas no ano de 2010, as importações de papéis de imprimir e escrever (I&E) voltaram a crescer nos meses de junho e julho, e caíram novamente em agosto. Por enquanto, a alta apenas segurou o ritmo da desaceleração que vinha sendo registrada. De acordo com o relatório Cenários I&E, que reúne e divulga mensalmente os principais indicadores do mercado brasileiro de papel, celulose e painéis de madeira, os volumes movimentados até agosto deste ano caíram 6,9% em comparação a igual período do ano anterior. O percentual de diferença chegou a -13,5% em maio e -12,1 em agosto.

Em junho foram importadas 51 mil toneladas de papéis de I&E, 13,3% mais que no mesmo mês de 2013. Condição que se repetiu em julho, quando foram computadas 58 mil toneladas, sete toneladas acima das 51 mil toneladas de julho anterior. No mês de agosto, entram no País 51 mil toneladas de papéis para imprimir e escrever, ante 58 mil toneladas no mesmo mês de 2013.

Com isso, entre janeiro e agosto deste ano, as importações de papéis para impressão e escrita totalizaram

377 mil toneladas, 28 mil toneladas a menos (-6,9%) que no mesmo período de 2013 (405 mil toneladas). O percentual negativo era de 9,5%, no acumulado até junho e de 13,5% na soma de janeiro a maio. No comparativo anual, as importações destes papéis recuaram 15,4% em 2013, totalizando 559 mil toneladas, 102 mil toneladas abaixo do internalizado em 2012 (661 mil toneladas).

O relatório apresenta os dados por segmento de mercado, que são embalagens, imprensa, sanitários, papel cartão e outros, além do imprimir e escrever. Apenas o grupo classificado como outros apresentou volume maior no acumulado até agosto deste ano, 5,1%. Já as entradas de papel cartão somaram exatamente 33 mil toneladas nos dois períodos de comparação.

Considerando o total do Capítulo 48, que engloba todos os tipos de papéis para diversos fins, até agosto foram importadas 847,5 mil toneladas no ano, 5,4% menos na comparação com o ano anterior (896,4 mil toneladas), conforme consta no Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Acumulando recuo no ano, importação de cuchê tem crescimento pontual

A presença do cuchê estrangeiro no mercado brasileiro segue a tendência de queda verificada desde março de 2013, embora registrando crescimento em alguns meses. Assim como no conjunto de papéis para impressão e escrita, as entradas de papéis cuchês cresceram em junho e julho deste ano. De acordo com números da Secex, disponíveis através do Sistema AliceWeb, as importações superaram o mesmo período do ano anterior em 21,8% e 6,9%, respectivamente.

A recuperação, no entanto, foi pontual e no mês seguinte o volume das importações de cuchê caiu 40,9% em relação a agosto de 2013. Vale ressaltar que aquele mês concentrou maior entrada de papéis no ano passado, quando foram antecipados os desembarques para evitar entraves com a vigência da lei das embalagens para papel imune, a partir de 1º de outubro de 2013. Com isso, as importações de cuchê somaram 26,5 mil toneladas em julho, 34,2 mil toneladas em agosto e 22,3 mil toneladas no mês seguinte. Em 2014, foram importadas 27,5 mil toneladas, em junho; 28,3 mil toneladas, em julho; e, 20,2 mil toneladas, em agosto.

Considerando o acumulado no período de janeiro a

agosto deste ano, foram importadas 184,3 mil toneladas de papéis cuchês, nas quatro NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) que englobam as diferentes especificações do produto – 4810.13.89; 4810.13.90; 4810.19.89; e 4810.19.90. O volume é 18,2% menor que as 225,2 mil toneladas apuradas nos oito meses do ano passado e 25,7% menos que as 248,2 mil toneladas importadas no mesmo período de 2012.

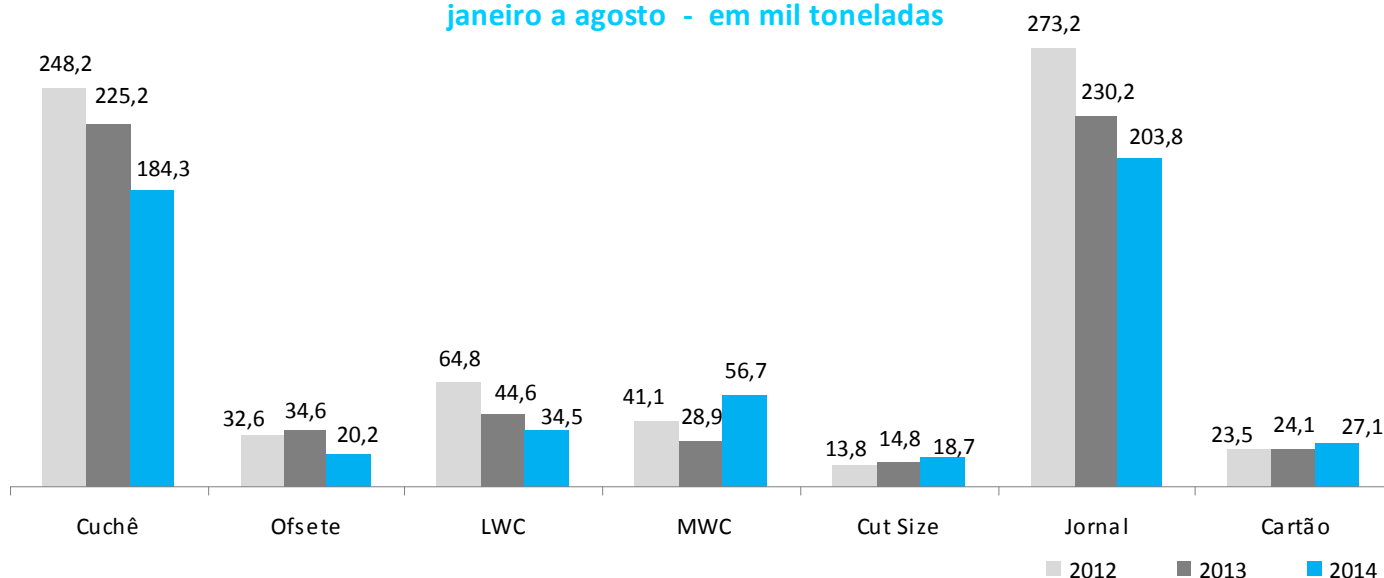
Outros

Dentre os segmentos acompanhados pelo NewsPaper, o de ofsete apresentou a maior queda, 41,6%. Segundo dados disponíveis no Sistema AliceWeb, as importações nas três nomenclaturas que compõem o grupo ofsete – 4802.55.92; 4802.55.99; e 4802.57.99 – atingiram 20,2 mil toneladas este ano, enquanto que, até agosto de 2012, o volume chegou a 34,6 mil toneladas.

Já as entradas de 34,5 mil toneladas do LWC, representaram retração de 22,6% sobre as 44,6 mil toneladas desembarcadas até agosto do ano passado e praticamente a metade das 64,8 mil toneladas apuradas no equivalente de 2012. No papel jornal, foram importadas 203,8 mil toneladas, recuo de 11,5% ante as 230,2 mil toneladas do mesmo período de 2013.

Importação de Papéis

janeiro a agosto - em mil toneladas



Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

Exceção, MWC estrangeiro aumenta 96%

Na contramão da tendência do mercado de papel, este ano as importações de MWC (através da NCM 4810.29.90) entre os meses de janeiro e agosto quase dobraram em relação a 2013. O maior volume mensal foi em julho, quando o Sistema AliceWeb registrou a entrada de 11,2 mil toneladas. Na parcial dos oito meses, as importações de MWC somaram 56,7 mil toneladas, enquanto em 2013 foram 28,9 mil toneladas, e 41,1 mil toneladas, em 2012.

No histórico anual, as importações de MWC foram crescentes entre 2010 e 2012, totalizando 35,4 mil toneladas; 52,5 mil toneladas; e 61,5 mil toneladas, respectivamente. No ano passado, o produto estrangeiro perdeu espaço no mercado brasileiro, com o desembarque de 42,1 mil toneladas nos doze meses. Se mantida a tendência, o volume deste ano deve ser recorde.

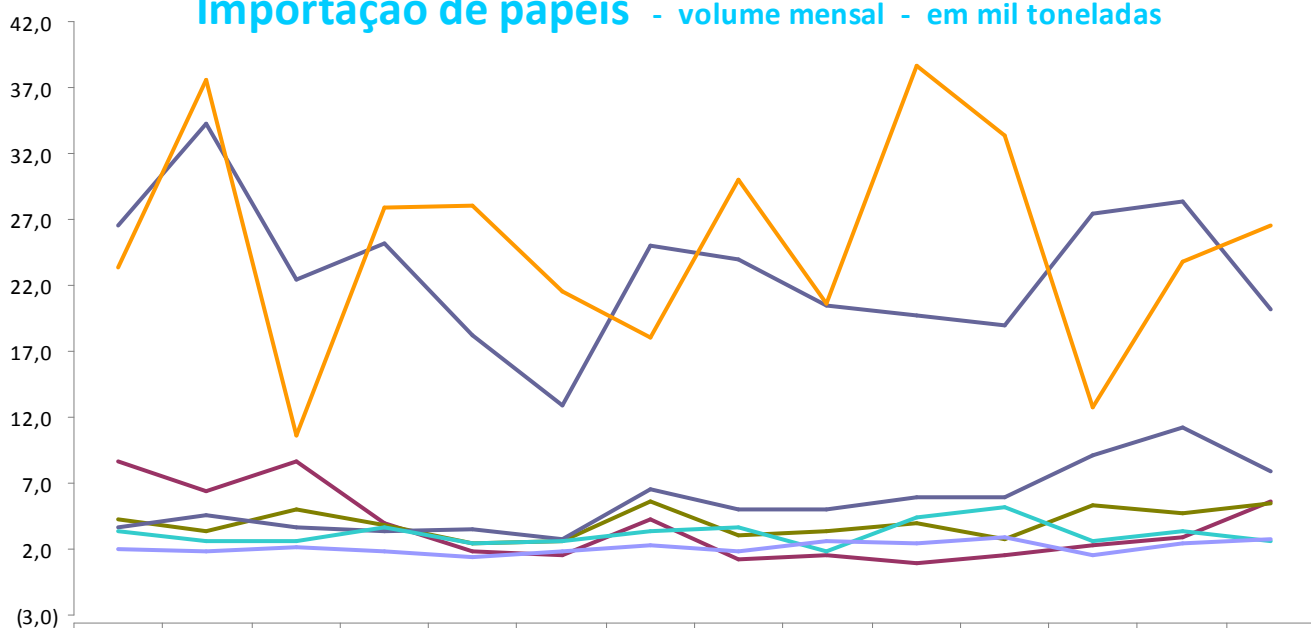
China e Finlândia são as principais origens do MWC importado pelas empresas brasileiras. Segundo dados

da Secex, das 56,7 mil toneladas importadas este ano, 21,2 mil toneladas vieram da China, 13,4 mil toneladas são de fornecedores finlandeses, 7 mil toneladas embarcaram na Itália, 6,6 mil toneladas, na Suécia, e as 8,5 mil toneladas restantes são de outros onze países.

Cut size e cartão

Com oscilação bem mais modesta, os segmentos de papel cartão (NCM 4810.92.90) e *cut size* (NCMs 4802.56.10 e 4802.56.99) também registraram volumes maiores este ano no comparativo com o mesmo período dos anos anteriores. Conforme números do AliceWeb, até agosto foram importadas 27,1 mil toneladas de papel cartão, 12,4% acima de 2013 e 3,6 mil toneladas a mais que nos mesmos meses de 2012. Já no *cut size*, as importações somaram 18,7 mil toneladas este ano, contra 14,8 mil toneladas e 13,8 mil toneladas nos anos anteriores, respectivamente.

Importação de papéis - volume mensal - em mil toneladas



	jul/13	ago/13	set/13	out/13	nov/13	dez/13	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14
cuchê	26,5	34,2	22,4	25,2	18,2	12,9	25,0	23,9	20,5	19,8	19,0	27,5	28,3	20,2
ofsete	8,6	6,4	8,6	3,9	1,8	1,5	4,2	1,2	1,6	0,9	1,5	2,3	2,9	5,6
LWC	4,3	3,3	5,1	3,8	2,4	2,6	5,6	3,0	3,4	4,0	2,8	5,4	4,8	5,5
MWC	3,6	4,6	3,6	3,4	3,5	2,8	6,6	5,1	5,0	5,9	6,0	9,1	11,2	7,9
cartão	3,4	2,6	2,6	3,6	2,5	2,6	3,3	3,6	1,9	4,5	5,2	2,6	3,3	2,6
jornal	23,4	37,6	10,6	27,9	28,0	21,5	18,0	30,0	20,7	38,6	33,3	12,7	23,8	26,6
cut size	2,0	1,8	2,1	1,9	1,4	1,8	2,3	1,8	2,6	2,4	2,9	1,6	2,4	2,8

Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

Mercado interno fica com 60% da produção nacional

Com a produção praticamente estabilizada de papéis para imprimir e escrever, as indústrias nacionais têm registrado aumento nas vendas domésticas e queda nas exportações, ainda que com pequenas variações. Até agosto deste ano foram produzidas 1.747 mil toneladas de papéis, apenas seis mil toneladas a mais que no período equivalente de 2013. Destes totais, o mercado interno comprou 1.091 mil toneladas este ano, ante 1.065 mil toneladas no ano anterior, deixando saldo positivo de 2,4%. Já as exportações variaram negativamente em 2,5%, somando 590 mil toneladas de papéis nos oito meses deste ano, de acordo com os números do relatório Cenários Ibá.

A fatia destinada ao mercado interno tem mantido o patamar de 60%, com ligeiras oscilações mensais no comparativo com o ano anterior. No desempenho anual, a participação da venda doméstica chegou a 65% em 2013 e 64% em 2012, conforme as estatísticas oficiais. Em 2013, as indústrias nacionais produziram 2.621 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever, 0,5% menos que em 2012 (2.634 mil toneladas), tendo vendido internamente 1.706 mil toneladas, 0,9% mais que as 1.690 mil toneladas do ano anterior. As exportações somaram 920 mil toneladas, queda de 3,4% ante as 952 mil toneladas de 2012.

Entre janeiro e agosto, a produção brasileira geral de papéis (de 6.920 mil toneladas) ficou positiva em relação ao mesmo período do ano passado, graças ao desempenho dos segmentos sanitários e de embalagens, que cresceram 2,8% e 1% respectivamente. Já as vendas domésticas totais cresceram 0,3%, pois os resultados de imprimir e escrever (2,4%) e sanitários (3,4%) compensaram a queda de 16,5% no segmento de imprensa.

O segmento de papel cartão chamou a atenção no relatório divulgado em setembro com todos os indicadores negativos. No acumulado de janeiro a agosto, a produção somou 461 mil toneladas, contra 489 mil toneladas no ano passado. A venda doméstica correspondeu a 351 mil toneladas na parcial do ano, enquanto nos oito meses de 2013 chegou a 361 mil toneladas. As exportações somaram 111 mil toneladas no acumulado deste ano, 13,3% menos que no ano anterior (128 mil toneladas). Já as importações totalizaram 33 mil toneladas entre janeiro e agosto deste ano, repetindo o volume apurado no mesmo período de 2013.

Distribuidores Associados

